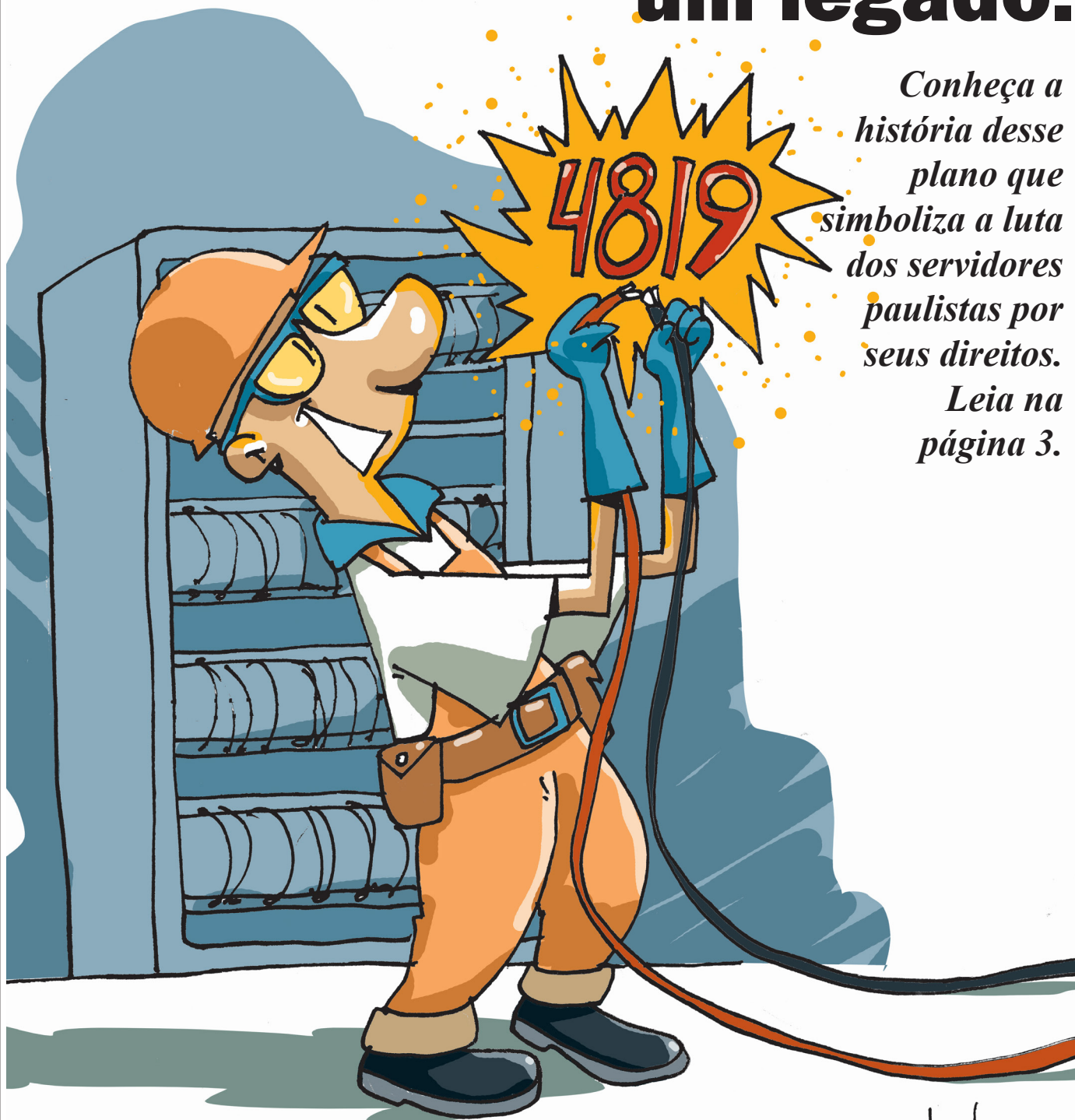




Mais do que um plano, um legado.

*Conheça a
história desse
plano que
simboliza a luta
dos servidores
paulistas por
seus direitos.*

*Leia na
página 3.*



Orlando

Caros associados,

Nesta edição, três assuntos se entrelaçam e revelam como nossa vida de aposentados

continua marcada por conquistas, cuidados e responsabilidades.

O Plano 4819 é um marco histórico. Criado para garantir que servidores admitidos até junho de 1974 mantivessem sua renda na aposentadoria, ele assegura paridade com os salários da ativa e pensão aos dependentes. Mais que um benefício, é um reconhecimento legal que nos assegura que a luta por não terminou com o fim da vida profissional.

Essa mesma lógica de proteção aparece na saúde. As Farmácias de Alto Custo, integradas ao SUS, garantem acesso gratuito a medicamentos de alto valor. O processo exige laudo médico, receita e exames atualizados, mas é justamente essa organização que assegura que o tratamento chegue a quem mais precisa, sem comprometer o orçamento familiar.

E falando em orçamento, as novas regras



do Imposto de Renda trazem alívio para muitos: aposentados e pensionistas com renda mensal de até R\$ 5.000 estão isentos, e há redutores para rendas até R\$ 7.350. Acima disso, permanecem as alíquotas tradicionais. É fundamental considerar todas as fontes de renda, inclusive o 13º salário, para evitar surpresas na declaração. Plano previdenciário, acesso à saúde e regras fiscais: três dimensões que se conectam diretamente ao nosso bem-estar. Juntas, mostram que, mesmo na aposentadoria, seguimos atentos, informados e unidos. Porque nossa força está justamente em transformar experiência em ação e em manter viva a certeza de que unidos somos mais fortes.

Francisco Campizzi Busico Presidente

AAFC Associação dos Aposentados da Fundação CESP	JORNAL DO SÊNIOR é uma publicação mensal da Associação dos Aposentados da Fundação CESP	Av. Angélica, 2565 - 17º andar, Sta. Cecília, 01227-200 São Paulo - SP	Telefone: (11) 3217-5717 e 0800 591-3345 E-mail: contato@aafc.org.br www.aafc.org.br	Tiragem: 16.000 exemplares Distribuição gratuita. Permite-se a reprodução total ou parcial desde que citada a fonte.
--	---	--	---	---

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

Francisco Campizzi Busico

Diretor Administrativo/Financeiro
Rovilson da Costa Gimenez

Vice-Diretor Adm / Financeiro
Wilson Roberto Nunes

Diretor de Suplementação
Arnaldo Silva Neto

Diretor de Complementação
Paulo Roberto Olivieri

Diretor de Relações Institucionais
Flávio Aduino Lócio Lopes

VICE-PRESIDENTE

Donato Antonio Robortella

Diretor de Bem-Estar, Saúde e Social
Carlos Aurélio K. A. Pires

Assessor da Presidência
Leônidas Figueiredo

Conselho Deliberativo - Titulares

José Milton Dallari Soares, José Ferraz Neto, Bento Carlos Sgarboza, Dirceu Emilio Giannella, José Antunes Cursino, Atílio Gerson Bertoldi, Luiz Pedro Delgado, Antonio de Santi, Moacyr Carlos Baptistini, Elisabeth Pereira Monteiro, José Carlos Nascimento, Julio Ferreira Junior, Roberto Luiz Stamm, José Priosqui Gomes Figueira e José Carlos Penna Drugg

Conselho Deliberativo - Suplentes

Arnaldo Silva Neto, Antonio Carlos da Costa, Almir Salvador do Prado, Cecília Helena Negri de Magalhães, Maria Helena de Campos Soares, Adilson Vannucci Faria, José Carlos Antonieto, José Armando Gregghi, Norberto Maria Nicola, Theodoro Almeida Pupo Junior, Carlos Roberto Zanatto, Nivaldo Pazianoto, Pedro Vieira Lima, Hildebrando Silva Almeida

Conselheiros de Honra

Douglas Aparecido Guzzo, José Milton Dallari Soares, José Ovídio de Andrade e Sylvio Pacheco Rasi

Conselho Fiscal- Titulares: Toshibumi Fukumitsu, Aparecido Leitão Duran, Robinson Cifoni.

Suplentes: Marcio Ramos, Elvio Campisi Malfi, Ralph Barretto Franco

Acesse site da AAFC:
www.aafc.org.br
Facebook:
www.facebook.com/aafc.sede

Plano 4819 e os beneficiários que jamais se aposentam

A Lei 4.819 é um benefício financeiro que simboliza a continuidade da luta do servidor paulista por seus direitos. Foi criado pelo Estado de São Paulo para garantir que servidores e empregados de empresas estatais, admitidos até maio de 1974, não perdessem renda ao se aposentar. Na prática, funciona assim: o aposentado recebe um valor que igual a sua aposentadoria ao salário que tinha na ativa. E, no caso de falecimento, os dependentes — geralmente o cônjuge — passam a ter direito a uma pensão proporcional.

Origem e propósito

A origem do plano está ligada a uma desigualdade da época. Muitos trabalhadores de autarquias e sociedades de economia mista eram contratados pela CLT e não tinham acesso a um regime previdenciário robusto. Para corrigir isso, o Estado instituiu o benefício como uma forma de assistência social e valorização desses servidores. Desde então, o plano se manteve fechado para novos ingressos, atendendo apenas quem já estava vinculado antes da data

limite.

O custeio é feito diretamente pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e os reajustes acompanham negociações coletivas e acordos, sempre buscando manter a paridade com os salários da ativa. Ao longo dos anos, a gestão esteve ligada a entidades como a Fundação CESP e, depois, à CTEEP, mas o respaldo legal e financeiro sempre veio do próprio Estado.

Mais que um benefício, um legado

O Plano 4819 é visto por muitos como um pacto histórico: uma garantia de que os servidores admitidos até 1974 não apenas mantêm sua renda, mas também permanecem ativos na defesa de seus direitos. É por isso que se diz que seus beneficiários “jamais se aposentam”: porque continuam presentes sempre na nobre função de lutar permanentemente por reconhecimento e valorização.

4819

vitória histórica

ANO	MARCO HISTÓRICO	DETALHES
1958	Criação da Lei Estadual nº 4.819	Institui a complementação de aposentadoria e pensão para empregados de autarquias e empresas estatais do Estado de São Paulo.
1960–1970	Expansão do benefício	Diversas categorias de trabalhadores estaduais passam a ser incluídas, especialmente os admitidos sob regime da CLT.
1974 13 de	Fechamento do plano	A lei é regulamentada e consolidada. A partir de maio de 1974, não há novos ingressos. O plano fica restrito apenas a quem já estava contratado.
Décadas de 1980–1990 papel rantin		Consolidação e gestão A Fundação CESP assume importante na administração dos benefícios, dando pagamentos e reajustes.
2000–2010	Judicialização crescente	Beneficiários recorrem ao Judiciário para discutir reajustes, cálculos e paridade com salários da ativa.
2010–2020	Reconhecimento como passivo previdenciário	O Estado de São Paulo passa a tratar o Plano 4819 como uma obrigação financeira permanente, sem novas contribuições.
2025	Negociações coletivas	Beneficiários participam de acordos coletivos com empresas como a CTEEP, buscando reajustes e manutenção da paridade salarial.

Quem é Você? Vamos nos comunicar?

Que tal a gente ficar pertinho e informado? Informe aqui pra gente seus dados cadastrais pra você estar sempre informado! Já informou seus dados? Então, é só deixar tudo sempre atualizado! É rápido e fácil: basta acessar o “Fale Conosco” do nosso site (www.aafc.org.br), ou ligar pra gente (11 3217-5717) ou mandar e-mail (contato@aafc.org.br). Mas se preferir, também pode mandar a cartinha escrita à mão para o nosso endereço! O que importa é permanecermos sempre unidos e bem informados!



Deseja receber notícias por e-mail? E que tal Whatsapp? Informe-nos seu endereço de e-mail ou número de telefone com DDD, juntamente com sua categoria de aposentadoria (suplementado ou complementado) e matrícula na AAFC para contato@aafc.org.br e passe a receber as nossas últimas notícias

Vai pedir aposentadoria? INSS vai exigir novo RG com biometria.

A mudança começou em 2025 e, em 2028, só a Carteira de Identidade Nacional será aceita. O INSS está mudando a forma como os brasileiros vão pedir aposentadoria e outros benefícios. A ideia é deixar tudo mais seguro com o uso da biometria, e isso passa pela nova Carteira de Identidade Nacional (CIN). O processo já começou: desde novembro de 2025, quem pede benefício precisa ter algum documento com biometria — pode ser a CIN, a CNH ou até o título de eleitor. Mas atenção: a partir de maio de 2026, quem não tiver biometria registrada nesses documentos vai precisar emitir a CIN para conseguir

Veja mais no nosso site! (QR Code) Complementados: atenção ao recadastramento!

Acesse

<https://aafc.org.br/noticias/complementacao/complementados-atencao-ao-recadastramento>

e saiba como realizar o recadastramento. A realização do recadastramento permite que eventuais pagamentos decorrentes de reajustes sejam creditados.

O não recadastramento implicará na suspensão do pagamento do benefício.

Quadros jurídicos

Acesse nosso portal para saber como estão as ações do seu interesse!

4819?

É aqui!

<https://aafc.org.br/noticias/complementacao/quadro-juridico>

Suplementado?

Acesse o endereço <https://aafc.org.br/noticias/suplementacao/quadro-juridico-suplementados>

dar entrada no pedido. E em janeiro de 2028, não vai ter jeito: só a Carteira de Identidade Nacional será aceita.

Quem já recebe aposentadoria não precisa se preocupar, pois nada muda. A CIN foi criada para centralizar informações e garantir mais segurança contra fraudes, tornando-se aos poucos o único documento de identidade válido no país.

Existem exceções: pessoas com mais de 80 anos, quem tem problemas de saúde que dificultam a locomoção, moradores de áreas remotas atendidas pelo PrevBarco, além de migrantes, refugiados e brasileiros que vivem fora do país, terão regras diferenciadas.

Em dia com suas contas

Colaboração do Diretor de Suplementação da AAFC, Arnaldo Silva Neto.

Fazer o planejamento do orçamento, que foi tema do artigo anterior, é o primeiro passo para uma vida financeira mais saudável e menos estressante, mas esse é apenas o primeiro passo.

Para ajudar nesse desafio de vida, separamos algumas dicas que podem ser úteis para o dia a dia:

1) No mercado

- Reduza as idas ao supermercado, pois as compras “picadas” geram mais gastos. Faça uma lista do que precisa ser comprado e evite pegar produtos além do que foi planejado.
- Evite ir ao mercado com fome. Barriga vazia é um forte estímulo para comprar o que não se precisa.
- Se possível, não leve as crianças junto quando for ao supermercado. Biscoitos, chocolates, balas e doces (nem sempre saudáveis) são irresistíveis para os pequeninos, que vão encher o carrinho com suas guloseimas.
- Substitua marcas que estejam mais caras por outras equivalentes mais em conta.
- Substitua itens que subiram de preço por alternativas, como carne bovina por frango ou suíno.
- Compare preços e promoções. Hoje em dia, com a internet, essa comparação se torna mais fácil de ser feita.

2) No trânsito

- Opte por carros mais econômicos, principalmente se você costuma ficar muito
- Avalie novas possibilidades de locomoção como transporte público, carona.

• Em certas situações, o uso do transporte por aplicativo pode ser mais econômico do que o carro próprio, principalmente se tiver que pagar estacionamento.

3) No shopping

- Vale a pena sempre refletir antes de comprar: realmente preciso disso? Cabe no meu orçamento? Vale a pena esperar um pouco mais e comprar à vista?
- Algumas palavras têm um efeito mágico: “Liquidação”, “50% OFF” e coisas semelhantes. Cuidado com essas tentações. Seja racional.

4) No fim de semana

- Atividades de lazer como um cinema, um jantar ou um passeio não precisam ser abandonadas. Basta ter bom senso e equilíbrio.
- Quase sempre há oportunidades de diversão gratuitas ou com descontos para o pessoal da terceira idade..

5) Em casa

- Reduza o tempo no chuveiro. Banhos menos demorados economizam energia e água, o que ajuda o bolso e o meio ambiente.
- Evite deixar luzes acesas e torneiras abertas sem necessidade.
- Providencie o reparo de vazamentos e infiltrações.
- Faça uso dos serviços de reparos domésticos que fazem parte do seguro de seu automóvel.

6) Plano de Saúde

- Essa é uma despesa em que muitas vezes o ótimo é inimigo do bom. Opte por um plano que tenha uma rede hospitalar e laboratorial mais simples, o que não significa necessariamente ser de pior qualidade ou menos confiável.

Conheça a Farmácia de Alto Custo

A coluna **Cuide-se** chega para acompanhar o calendário anual da saúde no Brasil, trazendo temas essenciais para o bem-estar físico, mental e emocional. A cada edição, você encontrará orientações, curiosidades e alertas sobre campanhas nacionais, da saúde mental ao combate ao câncer, da vacinação à prevenção de doenças silenciosas. Porque cuidar de si é o primeiro passo para viver melhor.

Farmácia de Alto Custo

O acesso às chamadas Farmácias de Alto Custo, oficialmente conhecidas como Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), segue um fluxo bem definido dentro do SUS. O primeiro passo é sempre a consulta médica: o paciente precisa ser acompanhado por um profissional da rede pública ou credenciado, que irá avaliar a necessidade do medicamento e emitir o laudo médico específico. Esse laudo, junto com a receita e exames exigidos pelo protocolo clínico da doença, compõe o processo de solicitação.

Com toda a documentação em mãos, o paciente deve se dirigir à unidade indicada pela Secretaria de Saúde do seu estado — geralmente uma farmácia estadual de alto custo ou, em alguns municípios, a própria Unidade Básica de Saúde (UBS), já que em São Paulo e em outras localidades parte da distribuição foi descentralizada. No ato da entrega, é necessário apresentar documentos pessoais como RG, CPF, cartão do SUS e comprovante de residência. Uma vez cadastrado, o paciente passa a

retirar o medicamento periodicamente, respeitando os prazos da receita e mantendo o acompanhamento médico atualizado. É importante lembrar que atrasos na retirada ou a falta de exames de controle podem suspender o fornecimento. Em casos de dúvidas sobre onde retirar, o caminho mais direto é consultar o site ou o telefone da Secretaria de Saúde estadual, que disponibiliza a lista de endereços das farmácias de alto custo e das UBSs habilitadas.

Esse processo pode parecer burocrático, mas é a forma encontrada pelo SUS para garantir que os medicamentos de alto valor sejam usados de maneira correta e segura, ao mesmo tempo em que assegura a gratuidade para quem mais precisa.

Documentação: laudo médico, receita válida, exames exigidos, RG, CPF, cartão SUS e comprovante de residência.

Entrega: retirada nas Farmácias de Alto Custo estaduais ou, em alguns municípios como São Paulo, diretamente nas UBSs credenciadas.

Renovação: é necessário atualizar exames e receitas periodicamente para manter o fornecimento.

Pontos importantes

Nem todos os medicamentos novos são incorporados imediatamente; há um processo de avaliação de custo-efetividade.

Em caso de não disponibilidade, pacientes podem recorrer à judicialização da saúde. Isso, em último caso.

Índices dos Reajustes de Benefício

IPCA

REAJUSTE BENEFÍCIO JUN/26

CPFL, FUNDAÇÃO CESP
BANDEIRANTE

MESES	(%)
jun/2025	0,24
jul/2025	0,26
ago/2025	- 0,11
set/2025	0,48
out/2025	0,09
nov/2025	0,18
dez/2025	0,33
jan/2026	0,33
fev/2026	
mar/2026	
abr/2026	
mai/2026	
ACUMULADO	1,8131

REAJUSTE BENEFÍCIO JAN/27

CESP, PIRATININGA, EMAE,
CTEEP

MESES	(%)
jan/2026	0,33
fev/2026	
mar/2026	
abr/2026	
mai/2026	
jun/2026	
jul/2026	
ago/2026	
set/2026	
out/2026	
nov/2026	
dez/2026	
ACUMULADO	0,3300

REAJUSTE DE BENEFÍCIO ENEL

MESES	(%)	ÍNDICE
jun/2025	- 1,80	IGP-DI
jul/2025	- 0,07	IGP-DI
ago/2025	- 0,11	IPCA
set/2025	0,48	IPCA
out/2025	0,09	IPCA
nov/2025	0,18	IPCA
dez/2025	0,33	IPCA
jan/2026	0,33	IPCA
fev/2026		IPCA
mar/2026		IPCA
abr/2026		IPCA
mai/2026		IPCA
ACUMULADO	- 0,59	

CD II - ENEL

RENTABILIDADE MIGRAÇÃO ELETROPAULO/ENEL

MESES	(%)
jan/2026	1,0366
fev/2026	
mar/2026	
abr/2026	
mai/2026	
jun/2026	
jul/2026	
ago/2026	
set/2026	
out/2026	
nov/2026	
dez/2026	
ACUMULADO	1,0366

IGP - DI

REAJUSTE BENEFÍCIO JUN/26

R. PARAN.

MESES	(%)
jun/2025	- 1,80
jul/2025	- 0,07
ago/2025	0,20
set/2025	0,36
out/2025	- 0,03
nov/2025	0,01
dez/2025	0,10
jan/2026	0,20
fev/2026	
mar/2026	
abr/2026	
mai/2026	
ACUMULADO	- 1,0421

REAJUSTE BENEFÍCIO JAN/27

ELEKTRO, TIETÊ

MESES	(%)
jan/2026	0,20
fev/2026	
mar/2026	
abr/2026	
mai/2026	
jun/2026	
jul/2026	
ago/2026	
set/2026	
out/2026	
nov/2026	
dez/2026	
ACUMULADO	0,2000

O Leão está mais manso? Entenda o novo IR.

Novas regras do Imposto de Renda já estão valendo

Ficou com dúvidas sobre as novas regras do IRPF? A AAFC te ajuda

Em 2026, ficam isentos aposentados e pensionistas cuja renda mensal total não ultrapasse R\$ 5.000.

Atenção se você tem mais de uma renda!

Se a soma de todas as suas rendas (por exemplo a aposentadoria/pensão da Vivest + aposentadoria/pensão do INSS) ultrapassar R\$ 5 mil, você poderá ter Imposto de Renda a pagar na declaração de ajuste anual de 2027.

A Receita Federal preparou um simulador no qual você pode incluir suas rendas, mensais ou anual, para verificar se terá IR a pagar em 2027.

Como funciona a nova regra mensal (válida a partir de 2026)

1) Faixa de isenção e redutores

- Até R\$ 5.000/mês: isenção total.



O redutor mensal pode chegar a R\$ 312,89, zerando o imposto devido nessa faixa.

- Entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350/mês: há um redutor parcial e decrescente. A Receita definiu a fórmula: $R\$ 978,62 - (0,133145 \times \text{renda mensal})$, que diminui conforme o valor do salário aumenta.

- Acima de R\$ 7.350/mês: não há redução adicional; aplicam-se as alíquotas e deduções da tabela tradicional.

Observação importante: a regra vale também para o 13º salário dentro dos mesmos limites.

2) Tabela tradicional (base 2025, mantida em 2026 para rendas acima de R\$ 7.350)

Para base de cálculo mensal acima de R\$ 7.350, continuam as faixas e deduções já utilizadas, com alíquota máxima de 27,5% e deduções por faixa.

Em 2026, você declara os rendimentos de 2025 (ano-base 2025). A nova isenção de R\$ 5.000 não aparece nessa declaração.

Em 2027, você declara os rendimentos de

2026 (ano-base 2026), já com a isenção até R\$ 5.000 e redução para rendas até R\$ 7.350 refletidas na apuração anual.

Como fica a declaração de 2027 sobre 2026
Além da regra mensal, a Receita aplicará redutores anuais na declaração de 2027:

Isenção anual para quem recebeu até R\$ 60.000 em 2026.

- Redução gradual do imposto para rendas entre R\$ 60.000,01 e R\$ 88.200, pela fórmula $R\$ 8.429,73 - (0,095575 \times \text{renda anual})$.
- Acima de R\$ 88.200/ano, não há redutor adicional.
- Limitador de redutor: ele não gera imposto negativo nem restituição automática extra; serve para zerar ou diminuir o imposto devido até o limite calculado.

Deduções que continuam valendo

Permanece o conjunto de deduções usuais: dependentes (R\$ 189,59/mês), desconto simplificado mensal (até R\$ 607,20), educação (até R\$ 3.561,50/ano por pessoa) e desconto simplificado anual (até R\$ 17.640), entre outras regras já conhecidas.

Perguntas frequentes

1) Sou aposentado e recebo R\$ 4.800/mês. Terei abatimento de IR mensal em 2026? Não, se essa for sua única fonte de renda. Quem recebe até R\$ 5.000/mês está isento a partir de janeiro de 2026; o efeito já irá aparecer no pagamento desse mês.

2) Tenho aposentadoria de R\$ 3.800 e uma pensão de R\$ 1.400. A soma dá R\$ 5.200. Fico isento?

Não. Se soma de todas as suas rendas ultrapassar R\$ 5 mil, você poderá ter Imposto de Renda a pagar na declaração de ajuste anual de 2027.

3) Quando a nova regra aparece na minha declaração?

Na declaração de 2027 (ano-base de 2026). A declaração de 2026 ainda usa as regras de 2025.

4) O 13º salário também entra na isenção/redenção?

Sim, aplica-se a mesma lógica dos redutores e limites.

Desde 1º de janeiro de 2026, quem recebe até R\$ 5 mil por mês está totalmente isento do Imposto de Renda. Isso vale para aposentados e pensionistas do INSS ou que recebem benefícios de planos de previdência complementar fechados, como os da Vivest.

Essa mudança já irá aparecer nos pagamentos feitos em janeiro de 2026, quando a regra entrou em vigor.

E como fica a declaração em 2026 (ano-base 2025)?

São usadas as tabelas antigas, válidas em 2025. A isenção de até R\$ 5 mil ainda não aparece nesta declaração. Todas as faixas e percentuais de 2025 continuam valendo, inclusive as alíquotas antigas usadas na retenção mensal antes da mudança.





Da esq. para a dir.: Fabio Goulart, Flavio Adauto, Rodrigo Goulart, Milton Dallari, Antônio Goulart, Francisco Busico, Rovilson Gimenez e Donato Robortella.

A AAFC torna benemérito Antônio Goulart dos Reis

A AAFC realizou no dia 24/02/2026, um almoço solene para homenagear o deputado federal Antonio Goulart dos Reis, reconhecendo sua atuação decisiva na renovação do convênio de nossa Associação com o Sesc.

Na ocasião, o parlamentar recebeu um Diploma de Mérito e uma placa de Sócio Benemérito, além da já conhecida carteirinha de associado da AAFC.

O evento contou com a presença de seus filhos, Fábio Goulart e Rodrigo Goulart, atual Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDet) de São Paulo, seu Secretário Adjunto Armando Júnior, Julio César Ribeiro da Silva Filho, Chefe de Gabinete da Subprefeitura da Cidade Ademar, além dos assessores Elmer Marques e Alessandra Manente.

A homenagem reforçou o vínculo

da entidade com seus apoiadores e destacou a importância da parceria para o fortalecimento dos serviços oferecidos aos associados.

Representando a AAFC, estiveram presentes os Srs. Francisco Campizzi Busico, Presidente e seu Vice-Presidente Donato Antônio Robortella, além do Presidente do Conselho Deliberativo José Milton Dallari Soares. Também estavam presentes os Srs. Flávio Adauto Lório Lopes, Diretor de Relações Institucionais, Rovilson da Costa Gimenez e seu Vice-Diretor Wilson Roberto Nunes, da Diretoria Administrativa/Financeira, Paulo Roberto Olivieri, Diretor de Complementação, Carlos A. K. A. Pires, Diretor de Suplementação e os Srs. José Roberto Schiavinato e Ricardo Filgueiras Pinheiro.



Rodrigo Goulart, Milton Dallari, Flavio Adauto, Antônio Goulart, Francisco Busico e Donato Robortella.

Paulo Roberto Olivieri

Paulo Roberto Olivieri carrega em sua história a marca da dedicação e da amizade. Economista de formação, começou sua vida profissional ainda adolescente, aos 15 anos, ocupando um cargo de base na antiga CESP, em 1973. Naquele tempo, as grandes obras do setor elétrico, como a Usina de Ilha Solteira, por exemplo, estavam em pleno vapor, e Paulo aprimorou sua carreira junto com elas. Foram três décadas de trabalho na companhia, onde, mais do que colegas, encontrou amigos. “Não eram nem colegas, eram todos amigos”, relembra com carinho.

A carreira foi construída passo a passo: de contínuo a auxiliar administrativo, até chegar ao cargo de economista. Aposentou-se na mesma empresa em que iniciou, carregando o orgulho de ter participado de um período considerado privilegiado.

Mas Paulo não parou por aí. Há 21 anos, aceitou o convite para colaborar na AAFC, onde hoje, ocupa cargo de referência. Primeiro como colaborador, depois Vice-Diretor por 13 anos, e há cinco anos ocupa o cargo de Diretor de Complementação. Sua atuação é marcada pela defesa incansável dos direitos dos aposentados e pensionistas vinculados à Lei 4819, legislação que garantiu, por décadas, a complementação da aposentadoria. Mais do que números e processos jurídicos, Paulo fala com emoção sobre o papel da Associação: “Graças a ela, milhares de pessoas estão recebendo integralmente seus benefícios”. Ele conhece de perto as dificuldades enfrentadas pelos complementados, especialmente os mais idosos, que lidam com reajustes defasados e planos de saúde cada vez mais caros. Sua luta



é também pessoal, mas sempre coletiva. Olivieri não esquece os companheiros de jornada. Ao citar nomes como o do amigo Tácio Cattony, ex-diretor e colega de longa data, faz questão de transformar a homenagem individual em reconhecimento a todos que compartilharam com ele essa caminhada.

Hoje, como Diretor de Complementação, Paulo Olivieri é mais do que gestor: é guardião da memória de uma geração que ajudou a construir o setor elétrico paulista e defensor da dignidade de quem dedicou a vida ao trabalho. Sua história é feita de perseverança, amizade e compromisso com o coletivo, valores que continuam a guiar sua atuação diária.

Tradição e inovação no coração do interior paulista



Campinas, localizada a pouco mais de 90 km da capital paulista, é hoje uma das cidades mais dinâmicas e influentes do Brasil. Com cerca de 1,1 milhão de habitantes, figura como a 14ª maior cidade do país e exerce papel estratégico na economia, ciência e cultura nacionais.

Fundada oficialmente em 1774, a cidade nasceu como um bairro rural da Vila de Jundiaí, ponto de pouso de tropeiros que seguiam pela Estrada dos Goiaes. O nome “Campinas” remete aos descampados que se destacavam em meio à mata fechada da região. Ao longo do século XIX, Campinas prosperou com a cultura do café, tornando-se um dos polos mais ricos do interior paulista. Essa fase trouxe infraestrutura, imigração europeia e desenvolvimento urbano além de desafios que marcaram sua história.

No século XX, a cidade se reinventou. Com a decadência do café, Campinas apostou na industrialização e, mais tarde, na tecnologia e inovação. Hoje, abriga o Parque Tecnológico de Campinas, universidades de ponta como a Unicamp, e centros de pesquisa que a consolidam como referência

em ciência e desenvolvimento. Além disso, o Aeroporto Internacional de Viracopos reforça sua posição como hub logístico e econômico.

Culturalmente, Campinas mantém viva sua tradição. O Mercado Municipal, a Catedral Metropolitana e o Centro de Convivência Cultural são símbolos da vida urbana, enquanto festas populares e manifestações artísticas revelam a identidade campineira. O lema da cidade, “Labore virtute civitas floret” (“No trabalho e na virtude, a cidade floresce”), traduz bem sua trajetória de esforço e progresso.

Hoje, aos 250 anos, Campinas é uma metrópole que combina passado e futuro. Sua história de superação e inovação a coloca como protagonista no cenário nacional, equilibrando tradição e modernidade em cada esquina.

Quer saber mais sobre a cidade e tudo o que a AAFC pode fazer por você? Visite a Regional da AAFC, em Campinas!

Superintendente:

José Luiz Gardin

Endereço: Rua Percílio Neto, 172 - Parque Taquaral - Cep 13087-090 - Campinas/SP



VOCÊ É LINDA,
VOCÊ É FORTE,
VOCÊ É LUTA,
VOCÊ PODE,
VOCÊ É MULHER!

8 de Março

Dia Internacional
da Mulher

PARABÉNS, NOVOS ASSOCIADOS. SEJAM BEM-VINDOS!

NOME

Edgard de Oliveira Silva
Isaias Gomes de Oliveira
Osmar Aparecido a Silva
Rita de Fatima Pereira Marchi
Ronaldo Teixeira
Sergio Canuto da Silva
Sueli Bossa Chimati
Venicio Cordeiro Filho

CIDADE

Bauru
Votuporanga
Barretos
Bauru
Santos
São Paulo
São José do Rio Preto
São José do Rio Preto



 Associação dos Aposentados da Fundação CESP <i>Unidos somos mais fortes! Junte-se a nós.</i>	
Inauguração do Salão de Eventos MICHELE MATTEO	
Gestão Triênio 2024/2027	
Diretoria Executiva	Conselho Deliberativo
FRANCISCO CAMPIZZI BUSICO Presidente	JOSÉ MILTON DALLARI SOARES Presidente
DONATO ANTONIO ROBORELLA Vice-Presidente	JOSÉ FERRAZ NETO Vice-Presidente
Regional de Ilha Solteira	
SERGIO GEHRE FERREIRA Superintendente Regional	JOSÉ ELIZIÁRIO PEREIRA Suplente de Superintendente Regional
Colaboradores	
Rovilson da Costa Gimenez Bento Carlos Sgarboza Sergio Gehre Ferreira Gilson Onibeni Rosa	Diretor Administrativo / Financeiro da AAFC Eng.º Responsável pelas obras da Pousada Técnico Responsável pela construção da Pousada Gerente da Pousada
Esta obra é dedicada ao Presidente da AAFC no período de agosto 2016 a agosto 2020 pelo incentivo e apoio à construção do prédio do Salão de Eventos da Pousada Eng.º José Walter Merlo.	
27 de fevereiro de 2026	

Presidente Busico descerra a placa de homenagem ao lado de Katia Matteo

Homenagem a Michele Matteo

A AAFC inaugurou, em 27 de fevereiro de 2026, o Salão de Eventos Michele Matteo, em Ilha Solteira. O espaço homenageia o ex-presidente da entidade, reconhecido por incentivar sua construção. A cerimônia contou com a presença da diretoria, colaboradores e convidados, além da esposa de Michele, Katia Tecione Matteo, que participou do descerramento da placa e agradeceu em nome da família.



Francisco Busico discursa durante evento. Ao seu lado, da direita para esquerda: Sergio Gehre, Bento Sgarboza e Katia Matteo.